

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da sessão de encerramento dos *III Mafra Dialogues: Diálogos Estratégicos e Diplomacia da Paz*

Palácio Nacional de Mafra, Mafra, 28 de abril de 2023

É com muito gosto que participo no encerramento da terceira edição dos Mafra Dialogues, após a intervenção de um notável conjunto de oradores e oradoras que o Instituto para a Promoção da América Latina e das Caraíbas reuniu ao longo dos últimos dois dias.

Vivemos tempos de mudança, com elevados níveis de incerteza e imprevisibilidade, marcados por significativas transformações à escala global – desde a emergência de novas tecnologias disruptivas ao agravamento das alterações climáticas, com profundas consequências para todas as áreas de ação humana; da proliferação do terrorismo ao questionar da ordem internacional, a severas crises humanitárias e à intensificação de conflitos. Mais importante se torna por isso refletir sobre a paz, como fizeram nestes diálogos.

Gostaria assim de partilhar convosco algumas reflexões sobre a construção da paz em tempo de guerra, a importância da Defesa e o papel de organizações como a NATO ou a União Europeia, ou ainda a relevância de algumas iniciativas neste âmbito.

A invasão injustificada e ilegal da Ucrânia por parte Rússia tem tido sérias implicações globais. Não só a nível humano e do direito internacional, mas também em termos de segurança alimentar e energética, e ainda na proliferação de narrativas de desinformação que colocam em causa a ordem multilateral.

Portugal tem apoiado contínua e inequivocamente o esforço de resiliência ucraniano através da doação de mais de 850 toneladas de material, incluindo material militar. E temo-lo feito com o apoio

das organizações às quais pertencemos ou a que nos associamos, e em conjunto com os nossos parceiros.

Como já tive ocasião de sublinhar, não estamos a apoiar com armas uma agressão; estamos a apoiar com armas a resistência a uma agressão. Existe um invasor e um invadido, que não são equiparáveis. Esta guerra tem a ver connosco porque está em causa a segurança da Europa como um todo, questionada por ambições imperiais de território e riqueza que se estendem, bem sabemos, muito para além da Ucrânia.

Mas esta guerra tem a ver connosco, também, porque está em causa a defesa de um mundo onde prevalece o direito internacional, onde as fronteiras não são redesenhadas pela força, onde cada país e cada povo têm o direito a existir em paz.

E a paz é mesmo o objetivo fundamental. Mas obter a paz aceitando a invasão é apoiar a guerra e quem a iniciou. Não se pode querer a paz a qualquer custo, pois isso pode significar novas guerras de agressão no futuro; uma paz justa não é uma rendição; uma paz sem justiça não é paz: é uma trégua até à próxima guerra.

Apenas uma paz sustentável, ancorada nos princípios da carta das Nações Unidas – como a igualdade entre os povos, a resolução pacífica de disputas, ou a garantia de soberania – pode ser considerada uma paz plena.

Por essa razão, temos vindo a apoiar a soberania e integridade territorial da Ucrânia de forma contínua e sustentada e a condenar veementemente a agressão russa. E temo-lo feito sempre num quadro multilateral, com objetivos políticos claros.

Em Portugal, celebrámos há dias mais um aniversário do 25 de Abril de 1974, uma data que assinalamos para nunca esquecermos a importância vital de viver em democracia e liberdade. Estes são também valores-chave da Comunidade Internacional, que importa salvaguardar, e sem os quais a paz não passa de uma ilusão.

Como poderemos então contribuir para a construção da paz, de uma paz justa?

Desde logo, através do reforço das nossas capacidades de defesa e dissuasão: termos capacidade para nos defendermos é fundamental e, neste contexto de guerra, não se opõe à diplomacia: prepara o terreno para a sua ação.

Mas sabemos bem que não há respostas militares para problemas políticos. Importa manter canais de comunicação abertos e sempre que possível valorizar o quadro multilateral.

Contudo, o atual contexto geopolítico e as soluções ancoradas nos princípios e no sistema das Nações Unidas colocam grandes desafios ao próprio sistema, que têm vindo a ser debatidos tanto no âmbito político quanto académico.

Recentemente, o antigo Subsecretário-Geral das Nações Unidas para os Assuntos Políticos, Jeffrey Feltman, recordava que a invasão russa da Ucrânia é um caso inédito na disrupção das relações internacionais pós-Segunda Guerra Mundial. Esta guerra levanta questões extremamente complexas, com profundas implicações para a sustentabilidade da ONU e do sistema multilateral em geral. Devemos, por isso, estar preparados para

lidar com os desafios e preocupações genuínas que surgem deste debate sobre qual a ordem global que queremos preservar.

Importa também olhar para outras organizações que compõem esta ordem mundial com base em regras e que desempenham um importante papel na paz internacional. É o caso da NATO e da União Europeia, organizações resultantes da Segunda Guerra Mundial, tal como a ONU.

A União Europeia, em particular, começou como um projeto de paz entre os seus membros, e procura agora assumir uma responsabilidade em contribuir para a paz noutras latitudes, como é o caso da Ucrânia, ou junto de vários parceiros em África. E cumpre este desígnio através de missões e operações, e através de novas ferramentas como o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

O alargamento em curso da NATO, aliado ao reforço significativo da respetiva postura de dissuasão e defesa, atesta a relevância e adaptabilidade desta organização. O trabalho conjunto com a União Europeia, focado na complementaridade e interoperabilidade, tem também sido instrumental não só para o apoio à resiliência ucraniana, mas para o próprio futuro de ambas as organizações.

Tanto a UE como a NATO têm conseguido adaptar-se aos desafios de segurança do sistema internacional, contribuindo efetivamente para a paz, quer no espaço euro-atlântico, quer fora dele.

No entanto, novas tipologias de cooperação têm surgido em simultâneo. Um exemplo que gostaria de destacar é o Centro do Atlântico. Este centro é um contributo de iniciativa portuguesa para uma visão holística e integrada dos desafios comuns de segurança do oceano Atlântico como um todo. Uma das vantagens mais evidentes deste projeto é ainda trazer para a mesma mesa Estados e organizações do Atlântico Norte e Sul, algo que estava em falta.

O Centro do Atlântico foca a sua ação na segurança marítima aos níveis da capacitação de Estados da orla costeira do Atlântico, do diálogo político e da produção de conhecimento. Por outras palavras, esta iniciativa promove ativamente o Atlântico como um espaço de união e convergência no debate de soluções para a paz.

A paz não se alcança também sem uma visão inclusiva da segurança. Importa garantir a efetiva participação de todas e de todos, no ciclo resolução de conflitos e construção da paz. Este ano assinalamos o vigésimo terceiro aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Passaram também três décadas desde o ingresso de mulheres nas Forças Armadas portuguesas.

Sublinharia o trabalho já feito neste âmbito, designadamente o facto de Portugal superar já a média da NATO em termos de participação de mulheres nas Forças Armadas, com cerca de 14% e com tendência crescente. Mas também a progressiva institucionalização da perspetiva de género na nossa comunidade de Defesa, com o desenvolvimento de Planos de Ação para implementação da Agenda Mulheres Paz e Segurança.

Contudo, importa reconhecer os esforços que ainda são necessários para encontrar soluções práticas para as consequências desproporcionais dos conflitos sobre mulheres e raparigas e para promover uma maior representação das mulheres nos processos de paz. A igualdade entre mulheres e homens, em termos de oportunidades e participação efetiva, deve ser uma prioridade coletiva das sociedades democráticas.

Permitam-me ainda destacar o contributo exemplar que as nossas mulheres e homens nas Forças Armadas proporcionam para a preservação e manutenção da paz através de mais de duas décadas de participação em missões no exterior. Gostaria de assinalar, em particular, a forma como esse contributo tem dependido da combinação virtuosa entre competências técnicas dos nossos militares, com uma particular sensibilidade à relação com os outros com quem interagimos. A confiança conquistada

pelos militares portugueses nos múltiplos teatros onde atuam em todo o mundo, e que permanentemente nos é transmitida, decorre também dessa atitude de respeito, de capacidade ativa de escuta e de reciprocidade na cooperação.

Termino reiterando os meus parabéns ao Instituto para a Promoção da América Latina e das Caraíbas por esta iniciativa. O propósito de incentivar um diálogo de alto-nível em prol da paz deve sempre merecer o maior apoio. A paz constrói-se diariamente, e sempre que procurarmos fazer aquilo que o Professor Luís Moita – que nos deixou há pouco e que gostaria de homenagear aqui - tantas vezes sublinhava: temos que fazer coincidir os nossos valores com os nossos interesses. Que os valores da paz nos convenham.

Muito obrigada!